www.diariodamanha-pe.com.br

QUANDO NÃO SE PROCURA CORRIGIR OS PEQUENOS DEFEITOS RESVALA-SE POUCO A POUCO PARA OS MAIORES (Imitação de Jesus Christo)

Diário da Manhã

O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927

PREÇO R$ 1,00
08 PÁGINAS

Fundador: Carlos de Lima Cavalcanti - Recife, domingo - 19 - segunda - feira, 20 de janeiro de 2025 - ANO XXIV Nº 26.733 DIRETORA: BEATRIZ GOUVEIA

Inscrições para o Prouni 2025 começam dia 24 de janeiro

Prazo termina no dia 28 de janeiro



Estudantes que já concluíram a formação do ensino médio e que tenham interesse na oferta bolsas integrais e parciais em cursos de graduação nas instituições privadas de educação superior, poderão se inscrever no Programa Universidade Para Todos (Prouni) 2025, a partir da próxima sexta-feira (24). O prazo termina no dia 28 de janeiro e o resultado da primeira chamada será divulgado em 4 de fevereiro, no Portal de Acesso Único.

Para participar é necessário atender ao menos uma das condições determinadas pelo Ministério da Educação no edital publicado nessa quinta-feira (16), como ter cursado o ensino médio em escola pública, ou como bolsista em instituição privada, ser uma pessoa com deficiência ou ser professor de rede pública.

As inscrições são gratuitas e efetuadas exclusivamente pela internet, mas o candidato precisa ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2024 ou de 2023, com média de 450 pontos e não pode ter zerado a redação. Na pré-seleção não entram estudantes que realizaram o Enem como treineiro e caso o candidato tenha feito o exame em mais de um ano, a pontuação de melhor desempenho é usada na classificação.

A partir do dia 13 de janeiro já será possível consultar a disponibilidade de bolsas por instituição, curso e turno. O candidato poderá concorrer às bolsas destinadas a ampla concorrência ou às destinadas as políticas afirmativas referentes às pessoas com deficiência e autodeclaradas indígenas, pardas ou pretas.

Para se inscrever, é necessário criar uma conta no Gov.br e realizar o login com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a senha. Durante a inscrição será necessário informar endereço de e-mail e número de telefone válidos, além de dados cadastrais próprios e referentes ao grupo familiar. O candidato também deverá selecionar, por ordem de preferência, até duas opções de instituição, local de oferta, curso, turno, tipo de bolsa e modalidade de concorrência dentre as disponíveis, conforme a rend a familiar bruta mensal per capita.

No dia 28 de fevereiro haverá uma segunda chamada de candidatos e entre os dias 26 e 27 de março, os candidatos não classificados nas duas chamadas poderão manifestar interesse em participar da lista de espera do Prouni. No dia 1º de abril, a lista de espera estará disponível no Portal Único de Acesso, para consulta pelas instituições de ensino superior e pelos candidatos.

Novidade

Candidatos às bolsas de licenciatura na modalidade presencial, que tiraram nota superior ou igual a 650 pontos na média das provas do Enem, poderão participar do programa Pé-de-Meia Licenciatura, lançado recentemente pelo governo federal. Cada estudante receberá um valor total de R$ 1.050, durante o período regular de integralização do curso.

A medida faz parte do programa Mais Professores para o Brasil, e é parte das celebrações de 20 anos do Prouni, criado em 2005 pela Lei nº 11.096.

Fonte: Agência Brasil
Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife
26°
22°

DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Virada Recife 2025: Reflexões sobre Inclusão e Segregação Social em Eventos Públicos

Na capital pernambucana, teve início em 26 de dezembro de 2024 a sequência de shows da Virada Recife 2025, que se estendeu até a entrada deste ano. O destaque inicial foi um espetáculo memorável na Praia do Pina, com Roberto Carlos, o "Rei", como atração principal. O evento, promovido pela Prefeitura do Recife em parceria com a iniciativa privada, sem custos aos cofres públicos, suscitou reflexões sobre a acessibilidade e a inclusão nos espaços públicos da cidade.

A inspiração para este texto surgiu a partir de uma reportagem publicada na coluna Cotidiano da edição de 27/12/2024 do Jornal Folha de Pernambuco, especialmente pela segunda foto capturada pelo fotógrafo Paullo Allmeida. A imagem retrata de forma marcante a separação entre a área gratuita, aberta ao público, e o lounge oficial pago, revelando visualmente uma divisão que alimenta reflexões sobre inclusão e segregação social em eventos públicos.

É importante destacar que não sou filiado a nenhum partido político. Minha reflexão surge apenas do desejo de contribuir para um debate construtivo sobre o equilíbrio entre acessibilidade e organização em eventos públicos, que devem ser espaços de convivência democrática.

O evento contou com uma área gratuita para o público em geral e um lounge oficial com ingressos pagos, oferecendo uma experiência diferenciada para quem optasse por essa modalidade. A organização ainda disponibilizou transporte com ônibus expresso a R$ 15 (ida e volta) partindo de shoppings da cidade, além de um esquema especial de trânsito para facilitar o acesso.

Diário da Manhã
O mais lido
Fundado em 16 de Abril de 1927
FUNDADOR: CARLOS DE LIMA CAVALCANTI

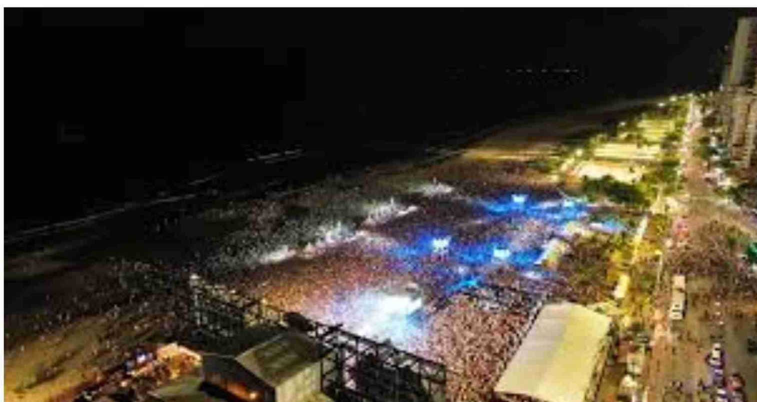
DIRETORA SUPERINTENDENTE E REDATORA CHEFE
BENITA GOUVEIA DE MEIRELLES

DIRETORA PRESIDENTE
BEATRIZ F. DE GOUVEIA

DIRETOR COMERCIAL
HELENO F. GOUVEIA FILHO

RUA BARROS BARRETO, Nº 16 - SANTO AMARO - RECIFE-PE

AS MATÉRIAS E /OU ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONDIZENDO, NECESSARIAMENTE, COM A OPINIÃO DO JORNAL. OS COLABORADORES NÃO TEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O JORNAL



Apesar do sucesso do evento e do impacto econômico esperado, com uma movimentação estimada em R$ 300 milhões na cadeia turística, surgiram debates sobre o modelo de segmentação dos espaços. A presença de áreas pagas em eventos públicos levanta questões sobre inclusão e acesso igualitário, especialmente em uma cidade com um histórico de celebrações culturais democráticas, como o Galo da Madrugada, que tem perdido sua essência popular ao ceder à indústria dos camarotes. Portanto, é válido refletirmos sobre:

1. Eventos públicos devem ter áreas exclusivas pagas? Essa é uma das reflexões mais sensíveis levantadas pelo Réveillon deste ano. Enquanto o lounge pago garante uma experiência premium e ajuda a atrair investimentos privados, ele também pode criar barreiras simbólicas e reais para parte da população. Em um evento público, essa distinção pode ser vista como um obstáculo à ideia de que todos os cidadãos devem compartilhar igualmente o espaço e o momento de celebração.

2. Como garantir que a participação privada não enfraqueça o caráter democrático de eventos culturais? A parceria público-privada é fundamental para viabilizar eventos dessa magnitude sem onerar os cofres públicos, mas é essencial que essa colaboração respeite as tradições culturais de inclusão que caracterizam a cidade. Modelos de organização que priorizem o bem coletivo e a acessibilidade devem ser amplamente debatidos para evitar que interesses econômicos se sobreponham aos valores democráticos.

3. Qual o limite entre o lucro e a inclusão em eventos que celebram a coletividade? O Réveillon, como momento de renovação e união, não deve ser transformado em uma experiência excessivamente segmentada, pois isso pode esvaziar seu significado cultural e social. A busca por receitas, por meio de áreas pagas, deve ser equilibrada com a missão de promover a coletividade e a igualdade nos espaços públicos.

A Prefeitura Municipal do Recife argumenta que a participação da iniciativa privada é essencial para ampliar o acesso ao entretenimento gratuito e impulsionar a economia da cidade, mas as imagens e os relatos do evento reforçam a necessidade de refletir sobre o equilíbrio entre os interesses privados e a garantia de que os eventos públicos permaneçam verdadeiramente acessíveis. Essa discussão é ainda mais relevante considerando a tradição cultural do Recife, que valoriza a celebração coletiva e a diversidade de seu povo. O desafio está em preservar essa essência e evitar divisões que possam reforçar desigualdades sociais.

Além da Virada Recife 2025, outros eventos importantes para a cidade, como o Carnaval e o Festival de São João, também exigem uma análise cuidadosa sobre a organização e a divisão de espaços. Em um momento em que a cidade de Recife busca expandir suas celebrações e atrair mais investimentos, é essencial que o caráter democrático das festividades seja preservado.

O Carnaval, por exemplo, sempre foi um dos maiores exemplos de celebração popular no Brasil, com blocos e desfiles abertos a todos, independentemente da classe social. No entanto, com a crescente industrialização do evento e o aumento da presença de camarotes e espaços exclusivos para quem paga ingressos mais caros, há uma preocupação crescente sobre a preservação da acessibilidade e da inclusão social.

De maneira semelhante, festivais como o de São João, que têm forte apelo cultural no Nordeste, também têm sido alvo de críticas quando apresentam modelos segmentados que favorecem apenas uma parte da população. A tendência de criar áreas VIP e exclusivas para pessoas com maior poder aquisitivo pode impactar a essência de tais festas, que têm raízes no povo e na coletividade.

Portanto, ao olhar para os próximos grandes eventos na cidade, é necessário refletir sobre como equilibrar a inclusão e a exclusividade, e como a organização pode continuar promovendo uma experiência unificadora e acessível para todos os cidadãos, sem perder a identidade cultural e social que faz de Recife um exemplo de diversidade e acolhimento.

Em futuras edições, seria pertinente repensar a organização do evento, buscando modelos que promovam maior integração. Isso poderia incluir a ampliação de áreas gratuitas com serviços de qualidade, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a uma experiência igualmente enriquecedora.

Além disso, a participação popular e o debate público são fundamentais para aprimorar a organização de eventos desse porte. O Réveillon, afinal, é um momento de renovação e esperança. Que as futuras celebrações no Recife possam refletir os valores de união e igualdade que a cidade tanto preza.

Assim como a foto de Paullo Allmeida ilustra tão bem, a forma como organizamos nossos espaços pode dizer muito sobre como enxergamos a convivência coletiva. Que essa imagem seja um convite à reflexão para que o Recife continue sendo uma cidade vibrante, inclusiva e culturalmente rica.

Prof. Dr. Pedro Ferreira de Lima Filho, Articulista, Filósofo, Pedagogo e Teólogo. E-mail: filho9@icloud.com

(colaborador autônomo)

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife
26°
22°

DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Madrugada de terror em Porto Velho deixa oito mortos e 20 presos

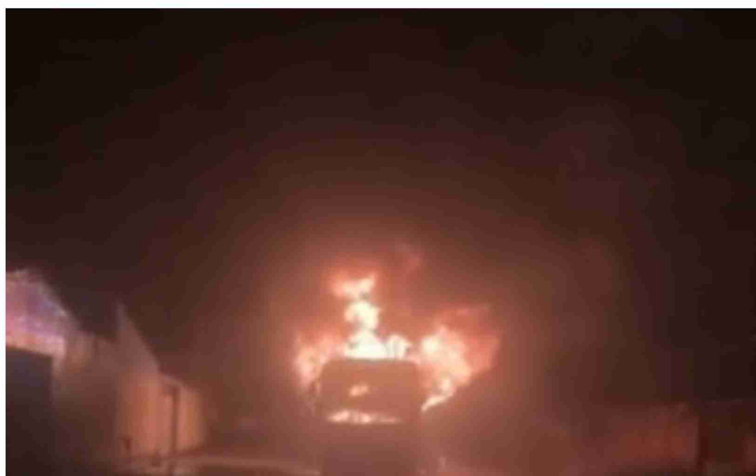
Crime organizado ocupou imóveis e incendiou veículos na capital de Rondônia

Oito pessoas foram mortas, na madrugada de ontem, em Porto Velho, em mais uma noite de confrontos entre a facção criminosa Comando Vermelho (CV) e a polícia. A maioria era de pessoas surpreendidas durante as ações violentas, que marcaram a terceira noite de conflitos intensos na capital de Rondônia.

Desde o início da semana, confrontos resultaram em mortes, prisões e na destruição de mais de 20 veículos, incluindo ônibus das linhas de transporte da capital. Na quarta-feira, 14 pessoas foram baleadas e seis delas morreram — entre eles, dois clientes de um bar e um ciclista, além de dois integrantes do CV em confronto com policiais.

Os ataques são uma retaliação às ações da Operação Aliança Pela Vida, Moradia Segura, deflagrada no final de 2024 para retomar condomínios da capital rondoniense dominados pelo crime organizado. O saldo até agora é a morte de um dos chefes da facção, a recuperação de 70 apartamentos ocupados ilegalmente, a apreensão de armas e drogas, além da mobilização de 200 policiais na segunda fase da operação — iniciada após o assassinato do cabo Fábio Martins, da Polícia Militar, no domingo passado.

A retaliação dos bandidos incluiu incêndios de mais de 10 ônibus e ameaças a trabalhadores. Isso levou à suspensão do transporte público por dois dias, que voltou a funcionar parcialmente na quinta-feira sob escolta do aparato público de segurança. Segundo a Polícia Militar, os ataques nas madrugadas têm como objetivo desviar a atenção das



autoridades das operações nos condomínios.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública enviou a Força Nacional a Porto Velho para apoiar as forças locais. A tropa, que permanecerá por 90 dias, chegou acompanhada de reforços de estados vizinhos, como Acre, Amazonas e Mato Grosso — que enviaram equipes e um helicóptero para fortalecer as operações.

Desde o início das incursões, mais de 20 suspeitos de integrarem o CV foram presos e aproximadamente 350 abordagens a suspeitos. As autoridades de Rondônia afirmaram que as operações continuarão até que a segurança seja restabelecida em Porto Velho.

Fonte: correiobraziliense.com.br
Foto: Reprodução de vídeo

Delator assassinado no aeroporto de Guarulhos foi vítima de membro do PCC

O assassinato de Vinícius Lopes Gritzbach, delator e ex-integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC), no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, foi planejado por membros da facção criminosa. A informação foi confirmada nesta quinta-feira (16/1) pela delegada Ivalda Aleixo, diretora do Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) de São Paulo, durante uma coletiva de imprensa.

Ivalda Aleixo informou que as investigações estão avançadas em relação aos mandantes do crime, que segue duas linhas de investigação. "Foi um crime encomendado por algum membro do PCC", afirmou. A delegada também revelou que a organização criminosa chegou a oferecer R$ 3 milhões para contratar um executor, que "não aceitou a missão". Segundo Ivalda, o único motivo do crime foi a colaboração de Gritzbach com a Justiça. "Além de expor o esquema de corrupção, ele também deu nomes aos integrantes do PCC que estavam envolvidos com lavagem de dinheiro", explicou.

Nesta quinta-feira, pela manhã, a Corregedoria da Polícia Militar prendeu um agente da corporação acusado de ser um dos atiradores. Os investigadores não divulgaram detalhes de como ele atuava no esquema ou se ele fazia parte do grupo de policiais que realizavam a escolta pessoal de Gritzbach. Segundo o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, a identificação do suspeito foi possível "graças ao uso de reconhecimento facial, quebra de sigilo telefônico e análise de imagens de segurança".

A operação, conduzida pela Corregedoria, cumpriu 15 mandados de prisão e sete de busca e apreensão contra policiais militares acusados de colaborarem com a organização criminosa. Entre os suspeitos estão agentes da ativa, da reserva e ex-integrantes da corporação, que teriam fornecido apoio logístico e segurança pessoal a membros do PCC, incluindo Gritzbach, mesmo após ele ter firmado delação premiada.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP), alguns dos policiais presos estavam presentes no dia do assassinato e faziam parte de um esquema irregular de escolta armada. "O inquérito policial militar revelou que esses policiais sabiam da conduta criminosa de Gritzbach antes e depois de sua colaboração com a Justiça e que ele continuava atuando na lavagem de dinheiro do PCC", afirmou Derrite.

O policial identificado como um dos atiradores teve a prisão temporária decretada com base no artigo 150 do Código Penal Militar, que trata da organização de militares armados para práticas violentas. Ele está sob custódia da Corregedoria da PM e será transferido ao presídio militar Romão Gomes.

Heleno F. Gouveia Filho
Beatriz F. de Gouveia

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



26°
22°

DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Tocantins oferece rotas cênicas aos turistas que viajam de carro aos atrativos naturais do Estado

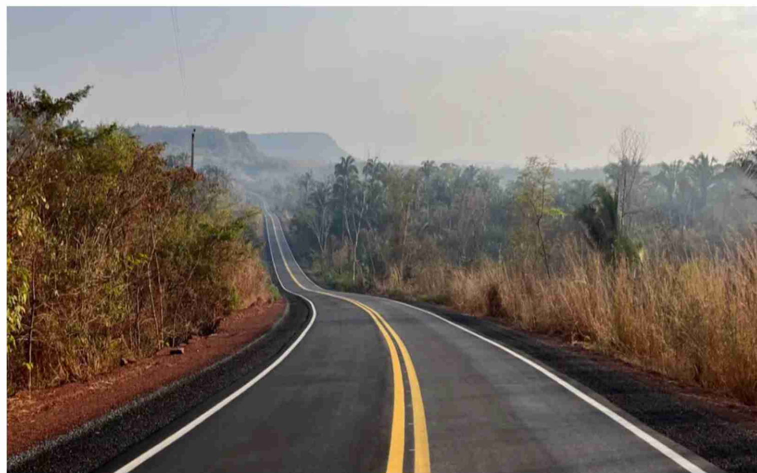
A beleza do Estado do Tocantins transcende seus destinos turísticos. Ela está presente também ao longo dos caminhos que interligam cidades e atrativos, compondo cenários onde o Cerrado predomina, mas também a vegetação pantaneira e a influência amazônica se revelam em harmonia. Seja em uma curva que descortina uma serra ou em retas margeadas por lagos e vegetação exuberante, o Tocantins oferece experiências visuais únicas que enriquecem qualquer roteiro.

Embora o acesso ao Estado seja possível por transporte aéreo, muitos de seus lugares mais encantadores são acessíveis apenas por via terrestre. E essa limitação se transforma em um privilégio: a oportunidade de vivenciar uma viagem onde o caminho é tão especial quanto o destino final.

Entre os percursos que merecem destaque estão Taquaralto a Taquaruçu (TO-030), um trajeto que corta serras, com vistas impressionantes que antecipam a chegada ao distrito de Palmas, famoso por suas cachoeiras e clima ameno.

Já a região Sudeste, que reúne alguns dos mais belos atrativos da Região Turística das Serras Gerais, vistas deslumbrantes não faltam. É o caso da TO-050, onde o caminho para Arraias é marcado por paisagens que misturam serras e extensões verdes. Entre Combinado e Lavandeira, o verde predomina e margeia a TO-110, um percurso onde a riqueza natural do Tocantins está sempre à vista. E no caminho para a Taguatinga (TO-242), o visual das Serras Gerais é de tirar o fôlego e encanta qualquer visitante.

A região norte do Estado também reserva seus encantos. No trecho da TO-010 entre Babaçulândia e Wanderlândia, restaurado pela gestão Wanderlei Barbosa, o trajeto é um convite para admirar as nuances do Cerrado em sua plenitude. E não se pode deixar de citar o Jalapão, onde as dunas, a Serra do Espírito Santo e campos úmidos repletos de buritis e ramos de capim-dourado emolduram a paisagem.



Inspirações

Edwin José da Rocha, comerciante tocantinense de 58 anos, conta que costuma dirigir muito pelas estradas do Tocantins, indo para Brasília ou para o Nordeste. "Mas o trecho mais bonito que já vi foi indo para o Jalapão. Subindo aqui de Taquaruçu, passando por Santa Teresa e Ponte Alta, as serras são maravilhosas. Outro trecho que sempre me impressiona é a chegada em Arraias. E também vindo de Lajeado para Palmas, com o lago ao lado, é de uma beleza única. Na verdade, quase todas as estradas do Tocantins têm algo especial para mostrar", elogia.

Júnior Guerreiro, empresário maranhense de 34 anos, descreve sua surpresa ao visitar o Estado. "Recebi um convite inesperado para conhecer as prainhas ao redor de Palmas. No caminho, fui surpreendido por cenários que nunca imaginei ver tão perto de casa. Os paredões de montanha e a vegetação com tons de verde especiais eram impressionantes. O horizonte se abria para lagos gigantescos, e cada curva revelava algo novo", descreve, ressaltando que foi uma experiência que encheu a alma e superou todas as suas expectativas. "O Tocantins é um tesouro que merece ser explorado devagar, apreciando cada detalhe", detalha.

Infraestrutura

Para valorizar ainda mais as viagens terrestres e garantir melhores condições aos viajantes, o Governo do Estado tem investido em obras rodoviárias que, somente em 2024 somaram aproximadamente R$ 600 milhões. Esses recursos estão sendo aplicados na recuperação e pavimentação de estradas, ampliando a segurança e a acessibilidade. O objetivo é não apenas facilitar o deslocamento, mas também valorizar as paisagens naturais que tornam o Tocantins único.

"As obras de recuperação asfáltica e novas pavimentações em todas as regiões do Estado é um dos grandes legados do Governador Wanderlei Barbosa, que já anunciou a continuidade desse trabalho em 2025. Estradas melhores trazem benefícios a todos os tocantinenses, especialmente aqueles que atuam com o turismo", afirma o secretário do Turismo, Hercy Filho.

Com Sol ou com chuva

Viajar pelo Tocantins é mais do que chegar a um destino; é percorrer caminhos que transformam cada trajeto em uma memória inesquecível. Neste período, até meados de abril, as chuvas que tornam o Cerrado ainda mais exuberante intensificam a experiência, com tons de verde que parecem saltar aos olhos.

Seja qual for o percurso, o Tocantins mostra que a jornada começa na estrada, onde a natureza é o guia e o viajante é presenteado com paisagens que renovam o espírito e deixam saudade. Quem se aventura por suas vias descobre que, por aqui, o caminho é sempre parte do destino.

Texto: Seleucia Fontes

Fonte: jpturismo.com.br

Foto: Henrique Lopes

Luiz Felipe Moura
(colaborador autônomo)

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

Entenda o que é o vírus respiratório responsável por surto na China

Detectado pela primeira vez na Holanda, em 2001, o metapneumovírus humano (hMPV, na sigla em inglês) é o responsável por um surto recente de infecções respiratórias registrado na China ao longo das últimas semanas. Trata-se de um dos diversos vírus que causam infecção do trato respiratório superior, conhecida popularmente como resfriado comum. Na maioria das vezes, o hMPV deixa os pacientes levemente doentes, mas, em alguns casos, sobretudo entre crianças e idosos, o quadro pode ser bastante severo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o metapneumovírus humano pertence à mesma família do vírus sincicial respiratório (VSR), uma das principais infecções associadas à bronquiolite, sobretudo entre recém-nascidos e crianças pequenas. Ambos se espalham por meio de partículas respiratórias infectadas que se espalham pelo ar, passando de uma pessoa doente para outras. Isso significa que é possível pegar o vírus quando se está perto de um paciente ou compartilhando um espaço fechado com ele.

Na semana passada, o Ministério da Saúde informou que acompanha "atentamente" o surto de metapneumovírus humano na China. Segundo a pasta, o vírus responde por uma série de infecções respiratórias identificadas no país, sobretudo entre crianças.

"Até o momento, não há alerta internacional emitido pela Organização Mundial da Saúde, mas a vigilância epidemiológica brasileira está em constante comunicação com autoridades sanitárias da OMS e de vários países, incluindo a China, para monitorar a situação e trocar informações relevantes",informou o ministério.

Confiras as principais perguntas e respostas sobre o metapneumovírus humano, conforme informações divulgadas pela OMS.

O que é o hMPV?

O metapneumovírus humano é um dos vírus que causa o resfriado comum (infecção do trato respiratório superior). Geralmente, deixa as pessoas apenas levemente doentes, mas também pode deixar algumas pessoas muito doentes. O vírus pertence à família de vírus Pneumoviridae, juntamente com o vírus sincicial respiratório (VSR). Foi identificado pela primeira vez em 2001 e vem se



espalhando entre as pessoas há muitas décadas. Atualmente, pode ser encontrado em todo o mundo.

Como o vírus se espalha?

Apenas alguns países monitoram e comunicam dados sobre o hMPV. Portanto, não há uma compreensão completa sobre como ele se espalha em todas as regiões e em todos os climas. Estudos mostram que, em regiões temperadas, o hMPV se espalha principalmente no final do inverno e na primavera, junto a outros vírus respiratórios comuns, como a gripe sazonal e o VSR. No entanto, o hMPV continua a se espalhar em outros períodos, adoecendo pessoas ao longo de todo o ano.

Quais os sinais e sintomas comuns?

Geralmente, pessoas infectadas pelo hMPV apresentam sintomas semelhantes aos do resfriado ou da gripe, incluindo tosse, febre, dor de garganta, nariz escorrendo ou entupido, dores no corpo e dor de cabeça. O vírus pode deixar algumas pessoas bastante doentes, causando infecção pulmonar (pneumonia) ou inflamação das vias respiratórias (bronquiolite e bronquite). Os sintomas mais graves incluem respiração ofegante, dificuldade em respirar, dor no peito, tontura, fadiga intensa, desidratação ou febre persistente que não melhora mesmo com o uso de medicação. A orientação da OMS é que, caso o paciente apresente algum dos sintomas listados como graves, procure orientação médica.

Quem está sob maior risco?

O metapneumovírus humano é uma causa comum de infecções respiratórias superiores entre bebês e crianças menores de 5 anos. Embora qualquer pessoa possa contrair hMPV, bebês, adultos mais velhos e pessoas com problemas de saúde como imunossupressão, doença pulmonar obstrutiva crónica (DPOC) e asma correm maior risco de desenvolver quadros graves. Segundo a OMS, devem ser tomados cuidados adicionais para proteger os chamados grupos de risco e também profissionais de saúde contra qualquer tipo de infecção respiratória.

Como se prevenir contra o vírus? Há vacina disponível?

A prevenção contra a infecção pelo hMPV é feita de forma semelhante à prevenção de outras doenças respiratórias, por meio de com ações como:

- usar máscara em espaços lotados ou mal ventilados;
- melhorar a ventilação sempre que possível (por exemplo, abrindo janelas para ampliar o fluxo de ar);
- lavar as mãos regularmente, com água e sabão ou com um produto para esfregar as mãos à base de álcool;
- evitar tocar olhos, nariz ou boca sem antes limpar as mãos.

Manter o sistema imunológico forte, segundo a OMS, também pode contribuir para evitar infecções. Isso é possível por meio de uma dieta balanceada, da prática de exercícios físicos de forma regular e de uma boa qualidade de sono.

Além disso, quando alguém está doente, pode evitar que outras pessoas adoeçam adotando os seguintes cuidados:

- manter-se em casa enquanto estiver se sentindo mal;
- cobrir nariz e boca com lenço de papel ou com o cotovelo ao tossir ou espirrar;
- usar máscara facial quando estiver perto de outras pessoas;
- melhorar a ventilação do ambiente, sobretudo em espaços compartilhados;
- lavar regularmente as mãos e desinfectar superfícies tocadas com frequência.

Atualmente, não existe nenhuma vacina licenciada para utilização contra o hMPV.

Como funciona o tratamento contra o hMPV?

Por se tratar de um dos muitos vírus que causam o resfriado comum, as pessoas podem tratar os sintomas por meio do uso de medicamentos vendidos sem receita médica, incluindo remédios para dor, febre, nariz entupido e tosse. Além disso, é recomendado descansar bastante e manter-se hidratado. Atualmente, não existe nenhum medicamento antiviral aprovado para combater especificamente a infecção pelo hMPV. O quadro da maioria dos pacientes melhora em poucos dias. Se os sintomas piorarem, a orientação é entrar em contato com o médico, sendo que pessoas que correm maior risco devem consultar o médico mesmo que os sintomas não sejam muito graves. Em um pequeno número de casos, quando as pessoas precisam ser hospitalizadas, os médicos podem precisar fazer uso de oxigênio para ajudar na recuperação.

Existe algum teste capaz de identificar a presença do hMPV?

O exame do tipo PCR é classificado pela OMS como a maneira mais confiável de diagnosticar o hMPV, fornecendo resultados precisos em poucas horas. No entanto, os médicos podem não sugerir a testagem para pessoas com sintomas de resfriado ou gripe, já que não existe tratamento específico para a infecção por hMPV e já que, na maioria dos casos, a doença se manifesta de forma leve.

Como diferenciar os diversos tipos de infecção respiratória, incluindo covid-19, gripe, VSR e hMPV?

A OMS avalia como difícil a tarefa de distinguir as diferentes doenças respiratórias existentes atualmente, já que a maioria apresenta sintomas semelhantes, como febre, tosse, coriza e congestão. No entanto, o tratamento para cada uma delas pode ser diferente, sobretudo quando a infecção envolve pessoas que estão muito doentes ou que podem ter seu quadro agravado. Covid-19 e influenza, por exemplo, têm opções de tratamento antiviral específicas. Os médicos podem utilizar testes de diagnóstico para identificar a causa da infecção antes de decidir sobre o tratamento a ser recomendado.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Mojpe/Pixabay

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje

 Dólar Comercial : 5,1620

 Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

É possível imaginar um Senna × Prost novamente com Lando Norris e Oscar Piastri na McLaren? O LADO A LADO desta semana resgata números dessa e outra rivalidade histórica também nas garagens inglesas e compara com os resultados obtidos pela dupla atual na Fórmula 1

Poucas equipes do grid da Fórmula 1 são tão claras quanto à liberdade que seus pilotos possuem para duelarem entre si na pista como a McLaren. E por mais que a famigerada 'regra papaia' tenha sido muito contestada por causa do momento do campeonato passado, quando Lando Norris tinha chances muito claras de alcançar Max Verstappen na tabela, é algo que praticamente permeia o DNA da tradicional escuderia.

Historicamente, a F1 experimentou rivalidades icônicas ao longo de 75 anos de competição. Algumas entre pilotos de equipes distintas, como o clássico Niki Lauda × James Hunt, que virou até tema de ótimo filme, porém as que sempre davam (e muito!) o que falar habitavam as mesmas garagens. E é claro que não há como falar sobre este tema sem citar duas duplas explosivas que passaram por terras inglesas.

É praticamente unânime o conhecimento que o público tem de quem foram Ayrton Senna e Alain Prost na década de 1980, mesmo para aqueles que nem assistiram a alguma corrida na vida. E esses personagens tão geniais provavelmente não teriam se lançado à arena com a mesma vivacidade se estivessem vestindo outras cores, o que significa que muitas das histórias cinematográficas ali contadas talvez nem sequer existissem. Ou realmente dá para imaginar, por exemplo, um jogando o carro sobre o outro se o time em questão fosse a Ferrari?



Claro que, ali, realmente não havia com o que se preocupar, pelo menos do ponto de vista do campeonato. Se um perdesse, era porque o outro levara, portanto o título ficaria de qualquer forma nas mãos da McLaren. Mas a decisão de deixar a banda tocar com toda a liberdade possível é sempre arriscada, e a própria F1 tratou de mostrar que o preço é alto.

Com Fernando Alonso e Lewis Hamilton, por exemplo, não teve jeito: enquanto nenhum dos dois davam o braço a torcer, e Ron Dennis parecia não estar nem aí para a iminente implosão da equipe, quem riu por último foi a escudeira de Maranello, com Kimi Räikkönen. Os brigões, aliás, terminaram da maneira mais igualitária possível: rigorosamente empatados em número de pontos no fim da temporada 2007.

Situações que, na cabeça da McLaren, fazem parte do que se espera de uma competição, independentemente se vestem o mesmo uniforme. Em 2024, a filosofia permaneceu a mesma, mas o Mundial de Pilotos ficou pela quarta vez seguida nas mãos de Verstappen. E, pelo visto, Norris e Oscar Piastri terão de reviver o passado para tentar bloquear o neerlandês, nem que isso signifique um abalo nas estruturas. Mas será que realmente há ali potencial para tanto?

O LADO A LADO desta semana compara, portanto, os números das duas maiores rivalidades da história da McLaren com os resultados alcançados pelo duo Norris × Piastri nas últimas duas temporadas. Confira:

Ayrton Senna × Alain Prost

Temporadas juntos: 2 (1988 e 1989)
GPs disputados: 32
Vitórias: 25 (14 de Senna e 11 de Prost)
Poles: 30 (26 de Senna e 4 de Prost)
Outros pódios: 17
Total de pontos da dupla*: 340
Vencedor no confronto direto: Empate (Senna foi campeão em 88, Prost levou em 89)

Fernando Alonso × Lewis Hamilton

Temporadas juntos: 1 (2007)
GPs disputados: 17
Vitórias: 8 (4 de Alonso e 4 de Hamilton)
Poles: 8 (2 de Alonso e 6 de Hamilton)
Outros pódios: 16
Total de pontos da dupla: 0** (218)
Vencedor no confronto direto: Hamilton (ambos terminaram a temporada com 109 pontos, porém Hamilton ficou em segundo no critério de desempate)

Lando Norris × Oscar Piastri

Temporada juntos: 2 (2023 e 2024)
GPs disputados: 46
Vitórias: 6 (4 de Norris e 2 de Piastri)
Poles: 8 (todas com Norris)
Outros pódios: 24
Total de pontos da dupla*: 968
Vencedor no confronto direto: 2 a 0 Norris

* A pontuação da Fórmula 1 era totalmente diferente na época de Senna e Prost. Apenas o top-6 pontuava, com o vencedor levando 9 tentos, e ainda havia o sistema de descarte dos piores resultados. Hoje, o top-10 pontua, com o vencedor somando 25 pontos, e ainda há as corridas sprint.

** A McLaren terminou com 218 pontos em 2007, mas foi desclassificada do Mundial de Construtores por causa do escândalo de espionagem envolvendo informações confidenciais da Ferrari.

Fonte: grandepremio.com.br
Foto: SoyMotor / Reprodução

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

CNC diz que bets causaram perdas de R$ 103 bilhões ao varejo em 2024

O varejo deixou de faturar de R$ 103 bilhões ao longo do ano de 2024 em decorrência do redirecionamento dos recursos das famílias para as bets, como ficaram conhecidas as plataformas virtuais de apostas esportivas e de cassino online. É o que indica estudo divulgado nesta quinta-feira (16), no Rio de Janeiro, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O levantamento, denominado O Panorama das Bets, levou em consideração dados disponibilizados pelo Banco Central. Eles revelam que os brasileiros destinaram cerca de R$ 240 bilhões às bets em 2024. Segundo a CNC, os resultados indicam que as apostas online causam endividamento e vício e não só afetam os apostadores como geram impactos socioeconômicos significativos para toda a sociedade.

A atuação das bets no Brasil foi autorizada pela Lei Federal 13.756, aprovada em 2018. Desde então, elas cresceram no país e vêm investindo alto em publicidade, inclusive patrocinando clubes de futebol.

A maior preocupação apontada no estudo da CNC envolve as modalidades de cassino online, como, por exemplo, o Jogo do Tigrinho. Eles estão presentes hoje na maioria das bets. Economistas da CNC estimam que pelo menos 80% dos pagamentos dos usuários nessas plataformas envolvem gastos com alguma modalidade de cassino online. O volume de recursos destinado às apostas esportivas representaria uma fatia bem menor.

Segundo defendem economistas envolvidos na pesquisa da CNC, a Lei Federal 13.756 ainda carece de regulação do Ministério da Fazenda. Eles consideram que há um "limbo regulatório", pelo qual foi permitido aos sites de apostas esportivas incorporar livremente os cassinos online, que se proliferaram sem controle adequado.

"Além disso, a ausência de regulamentação facilitou a lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas, prejudicando a economia formal. A popularidade crescente dos cassinos online tem desviado recursos que poderiam ser gastos em outros setores produtivos, como o comércio varejista, influenciando toda a cadeia produtiva", revela o estudo.

Dívidas

Segundo estimativas, no último ano, cerca de 1,8 milhão de brasileiros entraram em situação de inadimplência por conta das bets. A CNC sustenta que muitas pessoas se endividam quando deixam de arcar com seus compromissos financeiros para realizar apostas. Para a entidade, isso acontece, sobretudo, com a população de menor renda.

O estudo reúne dados de inadimplência e compara dois grupos. O primeiro - com renda entre 3 e 5 salários mínimos - e o segundo entre 5 e 10 salários mínimos. Entre novembro de 2023 e novembro de 2024, observou-se cenários opostos. No primeiro grupo, o percentual de famílias com contas em atraso saltou de 26% para 29%.

Já a do segundo grupo caiu 2,6 pontos percentuais, fechando em 22%. "A inadimplência elevada pode levar a uma redução no consumo, desaceleração econômica, aumento da taxa de juros e instabilidade financeira", afirmou a CNC.

Preocupações em torno das apostas realizadas por usuários de baixa renda se tornaram tema de debate público em setembro do ano passado, a partir de uma nota técnica do Banco Central. Ela apontou que beneficiários do Bolsa Família haviam gastado, no mês anterior, R$ 3 bilhões em bets. Os valores envolvem transferências na modalidade Pix realizadas para as plataformas.

Na época, o governo federal sinalizou movimentações para aumentar o controle sobre as bets. Foram anunciados um pente fino nos sites de apostas e o bloqueio dos que não tinham autorização para funcionar, conforme estabelece a Lei Federal 13.756. Uma lista divulgada há duas semanas pelo governo federal reúne os nomes de 66 empresas que podiam operar no Brasil, sendo 14 com licença definitiva e 52 com liberação provisória e pendências a serem sanadas.

Mas, desde a divulgação da nota técnica do Banco Central, há uma pressão para que os beneficiários do Bolsa Família sejam impedidos de usar recursos do programa em apostas online. Em decisão tomada em novembro, o Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o governo federal adotasse medidas neste sentido.

Ele apontou o desvio de finalidade, tendo em vista que o Bolsa Família, criado em 2003 e considerado hoje o maior programa de transferência de renda do Brasil, tem como objetivo garantir alimentação, saúde e educação, conferindo dignidade e assegurando a cidadania das famílias atendidas.

Limitações técnicas

No mês passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) também cobrou uma solução. Entretanto, o governo federal, através da Advocacia Geral da União (AGU), informou ao STF que há limitações técnicas e dificuldades operacionais para o cumprimento da decisão. O caso continua em análise.

De outro lado, esforços do governo federal para regular o setor resultaram na Portaria nº 1.231/2024, da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Lançada no ano passado, ela criou novas regras tais como a divulgação de informações para os apostadores, a identificação de seus perfis e o monitoramento do comportamento para antecipar formas de prevenir danos relacionados ao jogo patológico.

Também foram fixadas limitações para a publicidade, sendo vedadas, por exemplo, propagandas que representem as bets como meio de enriquecer ou complementar renda.

"Para evitar o endividamento, foi proibido o oferecimento de crédito para apostar. As empresas podem aceitar pagamento pré-pago (cartão de débito), mas não pós-pago (cartão de crédito). Elas também não poderão oferecer crédito por nenhum meio (direto ou por meio de parceiros) aos apostadores. A regulamentação visa assegurar que o jogador aposte apenas o dinheiro que possui, evitando se endividar", anunciou, na época, o ministério.

Propostas

No estudo divulgado hoje, a CNC defende a adoção de medidas regulatórias adicionais para prevenir e reduzir os impactos gerados na sociedade a partir da operação das bets. Entre elas, está o estabelecimento de limites de apostas, a criação de programas de prevenção e tratamento para viciados, a realização de campanhas de conscientização pública sobre os riscos associados e a exclusão das modalidades altamente propícias a fraudes e à clandestinidade.

A entidade defende, ainda, que os impostos são cruciais para a organização e controle da atividade e que a regulação favorece a arrecadação de tributos, que podem ser direcionados para financiar programas sociais, de saúde e de outras áreas que contribuam para compensar os danos causados pelo vício.

A CNC também reiterou sua posição favorável aos "cassinos reais", isto é, aqueles em que as pessoas apostam presencialmente. Assinalou, no entanto, a importância de uma regulamentação robusta, que inclua a necessidade de licenças e supervisão por órgãos governamentais para prevenir fraudes e lavagem de dinheiro, além de proteger os jogadores contra a dependência.

Segundo a entidade, enquanto a modalidade online compromete a renda das famílias e impacta o varejo, os cassinos que possuem localização física geram emprego e renda onde são regulamentados. O estudo também dedicou um capítulo para apresentar informações sobre as experiências de outros países. Foram mencionados aspectos legais e econômicos dos casos dos Estados Unidos, China, Singapura, Reino Unido, Malta, França, Itália, Portugal, Alemanha, Argentina, Peru, Uruguai, Colômbia, Bolívia.

Para o Brasil, estimou-se que, com os cassinos físicos, haveria uma arrecadação anual de pelo menos R$ 22 bilhões em impostos. "Comparativamente, segundo estimativas da Receita Federal, os cassinos online teriam potencial máximo de gerar R$ 14 bilhões por ano em arrecadação", informa a pesquisa.

Os cassinos físicos foram proibidos no Brasil em 1946, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. Na época, alegou-se que os jogos de azar eram contrários à tradição moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro. A decisão foi tomada após campanhas do Instituto dos Advogados do Brasil e de setores da Igreja Católica contra os cassinos.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) mantém sua posição contra a liberação destes estabelecimentos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) também é crítica de medidas neste sentido e reconhece que o vício em jogos de azar pode se converter em um problema de saúde pública.



Fonte: Agência Brasil
Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife
26°
22°

DM - Dolar hoje


Dólar Comercial : 5,1620


Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165

Eufrázio

INFORMATIVO-SINDAPE

SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAPER Fundado em 15 de fevereiro de 1989 Registro Sindical (MTE - CNES)-Nº243.330.008421/90-53 CNPJ - 24.130.684/0001-04 Endereço: Rua do Sol, 357 bairro do Carmo, Olinda- Pernambuco – OLINDA/PE- CEP -53.140.080 CEP- 53. 120.010 - TeleFax: (81) 9.9978.0605 BLOG: www.sindaper.blogspot.com.br Email: sindapeorg@gmail.com NOTÍCIAS SINDICAIS - SINDAPER ******************** ÓRGÃO NOTICIOSO DO SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO- SINDAPER- PRESIDENTE BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS- DIRETORA DE COMUNICAÇÃO-//- MILENA MARIA MUNIZ XAVIER- CEL – 9.9442.7877 - //- SECRETÁRIO GEGAL-EDWALDO GOMES DE SOUZA- CEL.9.9978.0605.- EXPEDIENTE DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA DAS 9 ÀS 17:00- REUNIÃO TODA -QUINTA-FEIRA DAS 9 AS 12 HORAS DA MANHÃ EDIÇÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2024. PUBLICADO AOS SÁBADOS NO JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ-CEL 9.87924973 ATENÇÃO: INFORMA A DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO: O SINDICATO ESTARÁ EM BREVE NA REDE SOCIAL COM ENDEREÇO NA RUA DO SOL, 357 – OLINDA CARMO- ATENÇÃO: FILIAR-SE AO SINDAPER, É DEFENDER NOSSOS DIREITOS DE ADVOGADO/A, (ART. 8ª. III- C.F). DO ESTATUTO DO SINDAPER: -ART. 2º -IV" – INTEGRA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA COMO ENTIDADE COMPROMETIDA COM O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, O BEM ESTAR SOCIAL. "DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA: "CUMPRIR E FAZER CUMPRIR O PRESENTE ESTATUTO".ART. 16ª, NOTA IMPORTANTE – O SINDICATO ENCONTRA-SE EFETIVAMENTE REGISTRADO, NA FORMA DO ESTATUTO SOCIAL, EM VIGOR, CONFORME A ATA DA REUNIÃO-DA-ASSEMBLÉIA-GERAL- EXTRAORDINÁRIA DATADA DE 19 DE SETEMBRO/2024, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 3472 DE 04 DE OUTUBRO DE 2023 NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO EM BRASÍLIA DF. E COM O PROTOCOLO Nº. 250669, DE 03/05/2024 E RECEITA FEDERAL, EM BRASÍLIA- DF. E DEVIDAMENTE AVERBADA NO CARTÓRIO DO 2º.REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE OLINDA/PE FRANCISCO DE QUEIROZ CAVALCANTI – OFICIAL. DA REUNIÃO SINDICAL -DA REUNIÃO QUE SENDO ÀS QUINTAS FEIRAS D0 SINDAPER ATENÇÃO: NÃO HOUVE" REUNIÃO EM 22/DE/DEZEMBRO /2024 –REUNIÃO INFORMAL DAS QUINTAS-FEIRAS-VIRTUAL E PRESENCIAL ÀS 10:00HS. AS REUNIÕES COM OS MEMBROS (-QUE ESTÃO SENDO REALIZADAS NA SEDE DA OAB/OLINDA-) – TEMPORARIAMENTE, ENQUANTO , TOMAREMOS POSSE DE NOSSA SEDE PRÓPRIA NA CIDADE DE OLINDA NA RUA DO SOL, 357- BAIRRO DO CARMO. AOS ADVOGADO/A/S -A Categoria Profissional Diferenciada, conforme preceitua o artigo 511 da CLT é aquela formada por empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de Estatutos Profissionais Especiais, sendo a competência da Justiça do Trabalho as Entidades Sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais. O art. 133 –Constituição Federal, o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. AS FUNÇÕES DO SINDICATO - As principais funções de um Sindicato são proteger, defender e apoiar os interesses comuns dos membros, atuando como um mediador entre os trabalhadores e as organizações para as quais eles trabalham. PATRONO DA ADVOCACIA - RUY BARBOSA: "EM TODAS AS NAÇÕES LIVRES, OS ADVOGADOS SE CONSTITUEM NA CATEGORIA DE CIDADÃOS QUE MAIS PODER E AUTORIDADE EXERCEM PERANTE A SUA SOCIEDADE". FRASE CELEBRE-"FELIZ DE QUEM ATRAVESSA A VIDA INTEIRA TENDO MIL RAZÕES PARA VIVER." DOM HELDER CÂMARA. TRIBUNA-DO-ADVOGADO-(A) – SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDAPER - NOTA ((Este espaço é reservado para o/a ADVOGADO(A) fazer valer suas prerrogativas com críticas pertinentes e reclamações a respeito do funcionamento-da- ciência-jurídica e o DIREITO.))... NOSSA OPINIÃO:AOS ADVOGADO/A-S) BONS ANOS FELICIDADES NESTA VÉSPERA DO DIA 31 E 01 DE JANEIRO DE 2025 E MUITAS PROSPERIDADES NO ANO DE 2025... VAMOS AOS FATOS... Sobre a ANISTIA , agora solicitada pelos que praticaram todos os atos, que teriam efeitos incalculáveis a toda Nação Brasileira. Sendo este ATO chamado de GOLPE DE ESTADO, que ao ser tentado por vários irresponsáveis e que agora pedem clemências e DIRETOS e JUSTIÇA ! ? !. Porém, devem pagar corretamente de acordo com a CONSTITUIÇÃO FEDERAL regulado pela SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. LOVEMOS TODOS PATRIOTAS BRASILEIROS QUE SOBRERAM RESQUARDAR A NAÇÃO, são os votos dos que compõem o SINDICATO DOS ADVOGADOS DE PERNAMBUCO-SINDAPER DESEJANDO A TODO/A-S ADVOGAD0/A-S, MAIS VEZ UM PRÓSPERO ANO DE 2025 ! VOTOS DA REDAÇÃO DESTE INFORMATIVO - SINDAPER NOTICIA- O Último dos Copistas O Último dos Copistas, de escritor mineiro Marcílio França Castro, é um belíssimo livro que se desdobra em vários planos distintos, no tempo e no espaço. O pano de fundo, penso, é a transição das formas de fixação e de divulgação da palavra-escrita. O autor condensa com perspicácia a passagem do texto manuscrito copiado para a o texto impresso, ao mesmo tempo em que alcança a passagem do texto impresso para o texto virtual. São dois momentos substancialmente diferentes na forma, porém essencialmente idênticos no conteúdo. É esse o fio condutor da narrativa. Tem-se a impressão de que o livro caminha em dois sentidos: do fim para o começo, e do começo para o fim. Lygia, a ilustradora, remete notas de viagem, na trilha do último copista Ângelo Vercécio, que da Ilha de Creta seguiu para a França. O copista trabalhou para Francisco I; sua forma de escrever é a base para os tipos desenhados por Claude Garmound, que também viveu no século XVI, e que hoje denomina esse tipo de escrita, de uso difundido, por várias editoras. As notas de viagem de Lygia invertem a lógica cronológica de uma narrativa que principia com um suposto ensaio, que trata do copista Vercécio. Há uma misteriosa filha de Vercécio, que talvez se confunda com a misteriosa filha de Arnaldo, o professor que se aposentou. O autor reflete sobre nossos tempos, tão ou mais transitórios do que os tempos de Francisco I. A reflexão é entrecortada por uma sequência de referências eruditas; há muita semelhança com os ensaios de Umberto Eco e com passagens de Jorge Luís Borges. A referência à biblioteca do Capitão Nemo vale o livro. Todos os livros do Nautilus estavam nas profundezas do mar; protegidos, inalcançáveis, seguros, ainda que rodeados de água e de escuridão. O tempo da escrita é um calibre para que meçamos o tempo do mundo e da vida. A carta, que exigia selo, papel, correio, estilo, calma, ponderação, é substituída pela mensagem eletrônica, que exige apenas impulso elétrico e simplificação nas formas. Último dos Copistas é uma crítica contundente da vida que se tornou refém da tecnologia. O autor suscita um exilado no mundo, incapaz de marcar um exame de sangue ou de tomar qualquer outra providência, se desprovido de telefone celular. O autor lembra-nos em tom realista e ameaçador que "o pensamento da carta é lento, o corpo da carta é lento". Um anacoluto disfarçado que sintetiza um tempo que já não nos pertence. Em O Último dos Copistas há um inventário de espécies em extinção, porém, não no sentido de animais que se aniquilam da face da terra. Há atividades que desapareceram, algumas mais, outras menos, outras totalmente. Reproduzo a lista e acrescento algumas: lanterninha de cinema, relojoeiro, fotógrafo de praça (lambe-lambe), datilógrafo, estenógrafo, sapateiro, amolador de facas, telegrafista, revelador de fotografias, vendedor de enciclopédias, vendedor de discos, dublador, tradutor, fabricante de moedas de orelhão, carteiro, carroceiro, motorista de táxi, cobrador de ônibus. Alguém vai me impugnar dizendo que há no mundo uma destruição criativa, que é o tema de um ganhador do Nobel. Isto é, que toda destruição pressupõe uma nova tecnologia, e que a isso se chama de progresso. Creio que o autor não está preocupado com o progresso nesse sentido quantitativo. Há uma perda humana muita grande; há uma ofensa à memória afetiva. Esse é o elo que se perde com a passagem de uma fase tecnológica para outra. Não há como se evitar. Do mesmo modo que não conseguimos evitar que essas circunstâncias abalem nossa relação com o passado. Não se trata de um livro saudosista. Trata-se de um livro realista. E intrigante. Não se consegue saber exatamente quem é o narrador. O ensaísta do texto que abre o livro? O revisor recém-separado e desesperado por chance de trabalho? A ilustradora? Todos, ao mesmo tempo? Aviso de incêndio: Há ainda um conjunto de personagens aparentemente secundários, mas que ocupam o proscênio. Exemplifico com o pai da ilustradora, Arnaldo, acima citado, e sua biblioteca, e o modo como a biblioteca foi desfeita. Há uma alteração de personalidade que o autor registra, e que Arnaldo sofreu, e que explica os fatos que ocorreram na cena da praia. O Último dos Copistas é um livro que pode ser lido do fim para o começo, sem perda da continuidade narrativa. O autor apresenta o terreno de disputas, no qual as línguas e expressões naturais perdem espaço (e sons) para a língua dos algoritmos. Que sotaques possuíram essas línguas mecânicas? O Último dos Copistas também pode ser lido como um manifesto de oposição ao mundo virtual, anunciados por sonhos enganosos que chegam por portas de marfim. Com muita erudição o autor nos explica que sonhos que chegam por portas de marfim são enganosos, ao contrário dos sonhos que chegam por intermédio de chifres, que nos ligam com o universo e que efetivamente se transformam em realidade. Nesse tópico, a referência que o autor faz ao conto XIX da Odisseia é um mais do que um presságio. É um aviso de incêndio. POR: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy é livre-docente pela USP, Doutor e Mestre pela PUC- SP e Advogado, consultor e parecerista em Brasília, ex-consultor-geral da União e ex-procurador-geral adjunto da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.FONTE: CONJUR em 16/10/2024. NOTICIA – AINDA A PREJOTIZAÇÃO NO BRASIL- Moraes critica trabalhadores que concordam com PJ e depois ajuízam Ação. Ministro afirmou que Ações Trabalhistas diminuiriam se após o reconhecimento do vínculo trabalhador devesse restituir tributos como pessoa física. Nesta terça-feira, 22/10/2024 durante sessão da 1ª turma do STF, ministro Alexandre de Moraes criticou trabalhadores que aceitam termos de pejotização e depois recorrem à Justiça do Trabalho requerendo enquadramento celetista. Segundo o ministro, o problema começa quando ambas as partes concordam em assinar o contrato, visto que "se paga muito menos imposto do que pessoa física", afirmou Moraes. No entanto, o cenário muda com a rescisão do contrato, momento em que, segundo o ministro, inicia-se uma nova etapa de litígios trabalhistas. "Depois que é rescindido o contrato, aí vem a ação trabalhista", destacou. Veja o momento: Moraes sugeriu que, caso a jurisprudência exigisse o recolhimento dos tributos como pessoa física após o rompimento do contrato de terceirização, o volume de reclamações trabalhistas poderia ser reduzido."Aquele que aceitou a terceirização e assinou o contrato, quando é rescindido o contrato e entra com a reclamação, ele deveria também recolher todos os tributos como pessoa física", disse Moraes. O ministro destacou ainda as incoerências no sistema atual, que, na sua visão, favorecem o aumento de disputas na Justiça do Trabalho. "Porque na Justiça do Trabalho acaba ganhando a reclamação, só que recolheu todos os tributos lá atrás como pessoa jurídica. E depois ele ganha todas as verbas como pessoa física", criticou Moraes, questionando a lógica por trás desse processo. Caso - A manifestação de Moraes ocorreu durante julgamento de reclamação pela 1ª turma do Supremo, na qual empresa de produção audiovisual questionava decisão do TRT que reconheceu vínculo entre ela e um ex-assistente de iluminação. Para o relator, ministro Flávio Dino, a decisão do tribunal trabalhista deveria ser mantida, por não contrariar entendimento do STF a respeito de terceirização. Leia Mais - Ministro Flávio Dino diz que Brasil se tornará "nação de pejotizados" Ministro Alexandre de Moraes, a seu turno, abriu divergência, votando no sentido de cassar o vínculo. S. Exa. foi acompanhada pela ministra Cármen Lúcia. O julgamento não foi concluído, pois o relator pediu a retirada do caso da pauta. O escritório Capanema & Belmonte Advogados atua pela produtora audiovisual. Processo: Rcl 67348- STF. OBS! O texto, que foi citado do link: https://www.migalhas.com.br/quentes/418123/moraes-critica-trabalhador-que-concorda-com-pj- e-depois-ajuiza-Ação- Em 22/10/2024. NOTICIA- Acordo de leniência e o compartilhamento de dados O acordo de leniência, enquanto negócio jurídico, está sujeito aos planos de existência, validade e eficácia previstos no Código Civil, devendo ser ajustado às especificidades desse instrumento Para que um negócio jurídico exista, é necessário que estejam presentes os seguintes elementos: manifestação de vontade das partes, presença de agentes emissores dessa vontade, objeto e forma. No caso do acordo de leniência, esses requisitos se concretizam quando as partes expressam sua concordância em relação ao objeto pactuado, respeitando os requisitos formais exigidos por lei. Quanto à validade, a manifestação de vontade deve ser livre, de boa-fé, e emitida por agentes capazes e legitimados para firmar o acordo. O pacto deve versar sobre um objeto lícito, possível e determinado (ou determinável), além de observar a forma adequada, seja ela definida livremente pelas partes ou prescrita em lei. Cumpridos esses requisitos, o acordo de leniência, devidamente constituído, passa a ser considerado válido. Contudo, um negócio jurídico que já tenha sido constituído (plano da existência) e validado (plano da validade) muitas vezes depende de um elemento adicional para produzir seus efeitos. No direito civil, os elementos mais comuns são o termo, a condição e o modo ou encargo. Nos acordos de leniência firmados pelo Ministério Público Federal (MPF), é necessária a homologação do pacto (plano da eficácia) pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão (5ª CCR). Nesse contexto, a 5ª CCR estabeleceu, por meio da Orientação nº 7/2017, que: "Assinado o acordo, o procedimento administrativo no qual estiver juntado deverá ser encaminhado à 5ª CCR, para homologação, por meio do Sistema Único, garantindo-se o necessário sigilo". Assim, após superadas as fases de existência e validade, sendo esta última reapreciada, o acordo de leniência é submetido à 5ª CCR para análise e homologação, cumprindo o plano de eficácia no âmbito do Ministério Público. No momento da homologação, a 5ª CCR analisará a regularidade e legalidade do pacto, sem adentrar no mérito do acordo. O mesmo procedimento deve ser seguido nos casos de adesão a acordos de leniência firmados por outros órgãos, já que tal adesão também constitui um negócio jurídico. Esse tipo de ato gera direitos e obrigações para as partes, assumindo o MPF encargos semelhantes ou idênticos aos que assumiria caso fosse responsável pela celebração inicial do pacto. Compartilhamento de dados No que diz respeito ao compartilhamento de informações e provas obtidas por meio de um acordo de leniência, a Orientação Normativa nº 7/2017 da 5ª CCR estabelece: "O acordo de leniência deverá conter cláusulas que tratem, pelo menos, dos seguintes pontos: 7.7. Adesão e compartilhamento de provas (Previsão da possibilidade de adesão ao acordo, por parte de outros órgãos do Ministério Público Federal, de outros Ministérios Públicos ou de outros órgãos e instituições públicas mediante o compromisso de respeitarem os termos do acordo ao qual estão aderindo, viabilizando-se, somente então, o compartilhamento das provas e informações obtidas por meio do acordo)". De forma complementar, a Nota Técnica nº 1/2017 da 5ª CCR reforça que: "O compartilhamento da prova produzida em colaboração, para ser válido e proporcional, depende de aceitação dos termos do acordo, no que diz especialmente aos limites de atuação em relação à pessoa jurídica colaboradora, que merece a devida proteção estatal". Ainda, o Estudo Técnico nº 01/2017 da 5ª CCR estabelece que "é preciso que haja adesão aos termos do acordo de leniência firmado com a pessoa jurídica colaboradora, por parte dos demais órgãos de fiscalização e controle que não celebraram a avença, mas busquem informações dela advindas para a tomada das medidas cabíveis em suas alçadas, na defesa do erário e na reparação dos danos". Ademais, a Orientação Conjunta nº 1/2018, das 2ª e 5ª CCRs, prevê que "tais provas não poderão ser utilizadas contra os próprios colaboradores para produzir punições além daquelas pactuadas no acordo", sendo necessário que essa ressalva "seja expressamente comunicada ao destinatário da prova, com a informação de que se trata de uma limitação intrínseca e subjetiva de validade do uso da prova". A Nota Técnica nº 2/2018 da 5ª CCR reforça que "a utilização de provas obtidas com colaboradores resulta possível nos termos do Acordo de Leniência celebrado, pressupondo a existência de adesão pelas instituições interessadas, aos seus termos convencionais, viabilizando a legítima utilização da prova, mediante compartilhamento". Portanto, é clara a necessidade de adesão aos termos do acordo de leniência pelos órgãos públicos interessados na utilização das provas apresentadas, devendo respeitar as obrigações e os benefícios previamente acordados. Contudo a 5ª CCR, na Nota Técnica nº 1/2020, sugeriu que acordos de leniência com repercussão criminal também sejam homologados no juízo criminal, fez-se um paralelo com a colaboração premiada. Diante dessas premissas, para que ocorra o compartilhamento e utilização dos elementos apresentados em um acordo de leniência, é necessária, conforme consagrado na Nota Técnica nº 1/2017, no Estudo Técnico nº 01/2017 e na Nota Técnica nº 2/2018, todos da 5ª CCR, a adesão do órgão requerente. Dessa forma, o órgão assume o dever de respeitar os direitos e obrigações pactuados. A necessidade de adesão é apresentada como forma de impedir a utilização das provas contra os próprios colaboradores em outras esferas, evitando punições além daquelas pactuadas no acordo, conforme disposto na Orientação Conjunta nº 1/2018, das 2ª e 5ª CCRs. Esse é um dos motivos pelos quais a 5ª CCR, na Orientação Normativa nº 7/2017, estabelece a necessidade de previsão expressa, nos acordos de leniência, de cláusula de adesão para possibilitar o compartilhamento de provas e informações. Em casos de acordos de leniências com repercussão criminal, a 5ª CCR, por meio da Nota Técnica nº 1/2020, sugere, como já mencionado, que esses acordos também sejam homologados no juízo criminal. Entretanto, essa providência não implica a necessidade de decisão do juízo criminal em situações de compartilhamento de caráter cível. A eficácia do acordo, no âmbito cível, é estabelecida pela homologação da 5ª CCR, e não pela decisão do juízo criminal. Assim, eventuais situações de compartilhamento ou adesão para fins cíveis devem observar exclusivamente as diretrizes estabelecidas pela 5ª CCR, como especificado acima. Em casos que tenham repercussão criminal, homologados também no juízo criminal, e o compartilhamento seja direcionado para persecuções de caráter criminal, é necessário, além da adesão, que ocorra o pleito e a análise por parte do juízo criminal homologador. Contudo, antes do compartilhamento das informações, após a prévia adesão, deverá ser verificado se há acordos de colaboração premiada relacionados ao caso, celebrados com pessoas físicas. Caso existam, será necessário também aderir aos referidos acordos, caso os elementos apresentados na colaboração sejam total ou parcialmente mesmos do acordo de leniência, evitando-se, assim, persecuções indevidas contra os colaboradores pessoas físicas. POR: GALTIENIO DA CRUZ PAULINO,é mestre pela Universidade Católica de Brasília, doutorando pela Universidade do Porto, pós-graduado em Direito Público pela ESMPU e em Ciências Criminais pela Uniderp, orientador pedagógico da ESMPU, ex-procurador da Fazenda Nacional e atualmente procurador da República e membro-auxiliar na Assessoria Criminal no STJ.-Fonte CONJUR- 26/12/2024. NOTÍCIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONVÊNIOS- - R-E-L-A-Ç-Ã-O D-O-S C-O-N-V-Ê-N-I-O-S E PRESTAÇÃDE DE SERVIÇO -PARA O O SEU CELULAR- COM ATENDIMENTO À DOMICILIO A FIRMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DECELULAR, ATENDE AO SEU CHAMADO. BASTA TELEFONAR PARA (810 8735.0443 E 9521.4278- OU NA RUA DR. AMARO PEDRO S/N BAIRRO DE SANTO ANTONIO – RECIFE/PE- AO LADO DA CAIXA ECONÔMICA- GUARARAPES, -BOX 1. FALAR COM 2RICARDO JOÃO DO NASCIMENTO. CONVÊNIO COM ÓTICA - "PONTO ÓPTICO"- RUA GERVÁSIO PIRES , 134 – BOA VISTA RECIFE- FONE/FAX (81) 3421.1153- E-MAIL: EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COM EMPRESAPONTOOPTICO@HOTMAIL.COMQUE OFERECE BONS DESCONTOS AOS ADVOGADOS- VISITE PARA MELHOAR SUA VISÃO CONVÊNIO COM DICCA CURSOS - O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO. HORÁRIO. TELS. 99785744 /8514.3965. CONVÊNIO GRÁFICA E EDITORA REAL LTDA –RUA DA AURORA, 573 LOJA 04 EDF. CAETÉS. BOA VISTA. FONE: 3222.4266. DESCONTO DE 10%. CONVÊNIO CLÍNICAODONTOLÓGICA – DRA, CLÁUDIA GUERRA-CONSULTORIO –CLÍNICA GERAL- RUA NOVA, 225 – 4º ANDAR SL. 404-EDF. SOLIMÕES. ENTRADA PELA RUA DA FLORES – SANTO ANTONIO – RECIFE- - TELS: 3028..33331 /87 95.2366 – DESCONTOS PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS. POR APENAS R$ 200,00 MENSAIS (TARDE/NOITE) – AV. MONTEVIDÉU, 96. ABATIMENTO DE 15% PARA ADVOGADOS -FONE 3038.0172/3039.2693- EMAIL.CONTATO@DICCACURSOS.COM.BR CONVENIO COM A COPIADORA E GRÁFICA RÁPIDA-END. RUA ENGENHO UBALDO GOMES DE MATOS, 27 – SANTO ANTONIO –RECIFE-PE-TELES. 3082.51.02 // 9963.6966. –DESCONTO DE 10% EM TODOS OS SERVIÇOS.CONVENIO COM O TAPETES DE 8VINIL PERSONALIZADO- RESPONSÁVEL ELINE FELIPE – FONES: 9241.0417 // 8762.2995- DESCONTO DE 10% . CONVÊNIO CLINICA PSICOTERAPEUTICA ASSOCIADOS DO RECIFE- E- CLINICA PSICANALITICA SONIA COELHO AMBAS NA RUA DO RIACHUELO 325 SALA 217 – BOA VISTA. COM 20 % ABATIMENTO PARA OS FILIADOS DO SINDAPER. CONVÊNIO O SINDICATO FIRMOU CONVÊNIO COM A ACADEMIA ATENAS – VÁRIAS MODALIDADES DE GINÁSTICAS. LOCALIZADA NA RUA PRUDENTE DE MORAIS, 92- FONE: 3242.4727- HIPÓDROMO/CAMPO GRANDE-RECIFE. O FILIADO AO SINDICATO GOZA DE ABATIMENTOS DE 20% CONVÊNIO COM A OTICA SMONTE SINAI – COM ENDEREÇO NA AV. GUARARAPES, 86 – BAIRRO SANTO ANTONIO- RECIFE. TEL 3224.1455- COM ABATIMENTO DE 20 % A 30% EM QUALQUER TIPO DE ÓCULOS DE GRAU E ESPORTIVOS PARA CRIANÇAS E ADULTOS, LENTES DE CONTATO. COM ENTREGA RÁPIDA. CONVÊNIO CLÍNICA PSICOLÓGICA – DRA. JEANINE VALENÇA CAVALCANTI – RUA RIACHUELO, 105 S/908 – BOA VISTA. NAS 2ª, 3ª E 4ª FEIRAS. MARCAR.

Tempo hoje em Recife

26°
22°

DM - Dolar hoje

Dólar Comercial : 5,1620

Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR
(81)3424-6989
3224-6967/3424-6967
(81) 99871-0165